

Armado esquema para rolar a dívida dos bancos estaduais

por Severino Goes
de Brasília

O governo federal já montou um esquema de renegociação da dívida dos bancos comerciais estaduais para com o Banco Central e o Banco do Brasil. Nesta semana, provavelmente ainda hoje, será divulgada uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) permitindo a rolagem de Cr\$ 417 bilhões de dívidas dos bancos estaduais, num prazo de quatro

anos e com o aval dos tesouros estaduais.

A informação foi prestada ontem, em Brasília, pelo secretário de articulação de Estados e Municípios da Secretaria do Planejamento, Pedro Paulo de Ulysses. A decisão foi tomada pelo Comitê Interministerial de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos (Comor) e subirá hoje para o referendo dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Ernane Galvêas e Delfim Netto. Os

ministros decidirão a taxa de juros a ser cobrada aos bancos, que ficará próxima à taxa de mercado, segundo informou a editora Cláudia Safatle, o chefe de assessoria econômica da Fazenda, Edésio Fernandes Ferreira. O prazo de carência será entre um e dois anos.

PROGRAMA RÍGIDO

Em contrapartida, segundo Ulysses, os bancos estaduais que se dirigirem ao Banco Central ou ao Banco do Brasil para pedir o reescalonamento dos seus débitos terão de cumprir um rígido programa de "racionalização administrativa". Entre as medidas listadas pelo Comor, constam compromissos como não manter as agências que representam prejuízos contábeis ou número de funcionários acima das reais necessidades das instituições. Além disso, está prevista a proibição da concessão de empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas que, comprovadamente, tenham causado prejuízo aos bancos.

Outra providência a ser tomada pelos bancos estaduais diz respeito ao compromisso das instituições em manter uma espécie de caixa única que centralizaria os depósitos de empresas estaduais. Isto, acredi-

ta o Comor, ajudará a reduzir as despesas dos bancos. Os problemas surgiram basicamente porque os bancos têm sacado acima do permitido no redesconto de liquidez e não têm feito os recolhimentos compulsórios no valor exigido pelo governo federal.

EXIGÊNCIAS

O Banco Central, ao que apurou este jornal, queria tornar ainda mais duras as exigências aos bancos estaduais, prevendo inclusive a intervenção nos casos de instituições que reincidissem nos débitos. A medida, porém, foi descartada porque traria consequências traumáticas para o mercado financeiro.

Todo o elenco de providências já decididas deverá ser divulgado até o final desta semana para permitir que os bancos estaduais contabilizem antes dos balanços o estorno das multas, uma vez que o Banco Central adotará esta medida como contrapartida aos compromissos assumidos. O plano de saneamento também prevê que os diretores das instituições em caso de reincidência poderão ser responsabilizados pessoalmente. Outra punição seria o congelamento do compulsório para os bancos que não cumprirem as exigências assumidas junto ao BC.